

NOVOS HORIZONTES NO ESTUDO DA LINGUAGEM* **

Noam CHOMSKY

O estudo da linguagem é um dos ramos mais antigos de investigação sistemática, com marcos que rastreamos na antigüidade clássica da Índia e da Grécia, e uma história rica em realizações. A partir de outro ângulo, esse estudo é novo. Os principais empreendimentos da pesquisa de hoje em dia tomaram forma apenas há cerca de 40 anos, quando algumas das idéias mestre da tradição foram revitalizadas e reconstruídas, abrindo caminho ao que provou ser uma linha de investigação grandemente produtiva.

Não surpreende que tamanho fascínio viesse a ser exercido pela linguagem ao longo dos anos. A faculdade humana de linguagem parece ser uma verdadeira “propriedade da espécie”, variando pouco de indivíduo a indivíduo e sem , em outra parte, nada de análogo que seja significativo. Provavelmente os fenômenos análogos mais significativos são encontrados nos insetos, um bilhão de anos distantes na evolução. Não há hoje nenhuma boa razão para desafiar a visão cartesiana de que a habilidade para fazer uso de signos lingüísticos para expressar pensamentos formados livremente marque “a verdadeira distinção entre o homem e o animal” ou a máquina, quer entendamos por “máquina” os autômatos que fascinaram imaginações nos séculos 17 e 18, quer os que estão estimulando o pensamento e a imaginação em nossos dias.

Além de tudo isso, a faculdade da linguagem tem papel crucial em todos os aspectos da vida, do pensamento e da interação humana. Ela é em grande parte responsável pelo fato de que no mundo biológico somente os seres humanos têm uma história, uma evolução cultural e uma diversidade algo complexa e rica, e também pelo sucesso biológico no sentido técnico de que a população humana é numerosa.

* Conferência proferida na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 18 de novembro de 1996. Promoção do Departamento de Lingüística e da Pós-Graduação em Lingüística da Faculdade de Letras da UFRJ e na UFPa (Universidade Federal do Pará) em 29 de novembro de 1996. Promoção do Museu Goeldi/CNPq e BASA (transmitido ao vivo pela TV Cultura) (Tradução: Miriam Lemle).

** Nossos agradecimentos ao CNPq pelo apoio financeiro, à COPPE/UFRJ por ter se juntado ao Departamento de Lingüística na organização das duas conferências que aconteceram na nossa UFRJ, a vários colegas deste Departamento que investiram energias imensas (em modo muito especial, Carlota Rosa bem como Edione Trindade Azevedo e Lucinda Britto), ao Diretor da Faculdade de Letras, Carlos Tannus, pela colaboração inestimável.

Um cientista de Marte observando as estranhas ações aqui na Terra dificilmente deixaria de ficar impressionado com a emergência e a significação dessa forma de organização intelectual aparentemente única. Mais natural ainda é que o tema, com seus muitos mistérios, tivesse estimulado a curiosidade daqueles que procuram compreender sua própria natureza e seu lugar no conjunto maior das coisas do mundo.

A linguagem humana está baseada numa propriedade elementar que parece também ela ser biologicamente isolada: a propriedade da infinitude discreta, que em sua forma mais pura é exibida pelos números naturais 1, 2, 3,... As crianças não apreendem esta propriedade; se a mente não possuísse já de antemão os princípios básicos, não haveria quantidade de evidência capaz de provê-los. Do mesmo modo, nenhuma criança precisa aprender que existem frases com três palavras e frases com quatro palavras mas não com três palavras e meia, e que esse número pode ir aumentando sem ter fim; é sempre possível construir uma frase mais complexa, com uma forma e um sentido definidos. Tal conhecimento nos chega necessariamente “originário da mão da natureza,” nas palavras de David Hume, como parte da nossa dotação biológica.

Esta propriedade intrigou Galileu, que considerava a descoberta de um meio de comunicar “nossos pensamentos mais secretos a outra pessoa com 24 diminutos caracteres” como a maior de todas as invenções humanas. A invenção destes caracteres é bem sucedida porque reflete a infinitude discreta da linguagem que é representada fazendo uso deles. Poucos anos mais tarde, os autores da gramática de Port Royal ficaram impressionados com a “maravilhosa invenção” de um meio de construir a partir de umas poucas dúzias de sons uma infinidade de expressões que nos tornam capazes de revelar a outras pessoas o que pensamos e imaginamos e sentimos — em visão contemporânea, não uma “invenção” mas não menos maravilhoso como produto da evolução biológica, sobre a qual virtualmente nada se sabe, neste caso.

A faculdade de linguagem pode razoavelmente ser considerada como “um órgão lingüístico” no mesmo sentido em que na ciência se fala, como órgãos do corpo, em sistema visual ou sistema imunológico ou sistema circulatório. Compreendido deste modo, um órgão não é alguma coisa que possa ser removida do corpo deixando intacto todo o resto. Um órgão é um subsistema que é parte de uma estrutura mais complexa.

Nós temos a esperança de compreender a complexidade do todo em sua

plenitude através da investigação das partes que têm características distintivas, e das interações entre elas. Do mesmo modo procede o estudo da faculdade de linguagem.

Assumimos ainda que o órgão da linguagem é como outros órgãos no sentido de que seu caráter fundamental é uma expressão dos genes. De que maneira se dá isto é uma pergunta que permanece sendo um projeto de investigação a longo prazo, porém, por outros meios, podemos investigar o “estado inicial” geneticamente determinado. Evidentemente, cada língua é o resultado da interação de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência. Podemos conceber o estado inicial como um “mecanismo de aquisição de linguagem” que recebe como dados de entrada (*input*) a experiência, e fornece como saída (*output*) a língua — saída esta que constitui um objeto internamente representado na mente/cérebro. Tanto a entrada quanto a saída estão à nossa disposição para serem examinadas: podemos estudar o transcórre da experiência e podemos estudar as propriedades das línguas que são adquiridas. O que aprendemos assim fazendo pode nos dizer muita coisa a respeito do estado inicial, intermediário entre a entrada dos dados e a língua pronta. Mais ainda, há muita razão para crer que o estado inicial é comum no âmbito da espécie: se meus filhos tivessem sido criados em Tokyo, eles falariam japonês, tal como todas as crianças de lá. Isto significa que evidências da língua japonesa têm aporte direto sobre assunções feitas com respeito ao estado inicial para o inglês. Por estes caminhos, é possível estabelecer condições empíricas fortes a serem satisfeitas pela teoria do estado inicial, e também é possível propor vários problemas para a biologia da linguagem: De que modo os genes determinam o estado inicial, e quais são os mecanismos envolvidos nesse estado inicial do cérebro e nos estados que ele assume mais tarde? Estes são problemas muito árduos, até para sistemas muito mais simples que permitem a experimentação direta, mas mesmo assim é possível que alguns estejam dentro do alcance das fronteiras da investigação.

Para poder prosseguir, deveríamos colocar com maior clareza o que entendemos por “uma língua”. Tem havido muita controvérsia apaixonada a respeito da resposta correta para esta pergunta, e, de maneira mais geral, para a pergunta sobre como deveriam ser estudadas as línguas. A controvérsia não tem razão de ser, porque a resposta correta não existe. Se tivermos interesse em compreender como se comunicam as abelhas, tentaremos apreender algo sobre a natureza interna das abelhas, suas organizações sociais, e seu meio ambiente físico. Estas abordagens não são conflitantes; são reciprocamente comprovantes. O mesmo se dá com o estudo da linguagem humana: pode ser

investigado de um ponto de vista biológico, e de inúmeros outros: o sócio-lingüístico, o de língua e cultura, o histórico e assim por diante. Cada uma dessas abordagens define o objeto de sua investigação sob a luz de seus próprios interesses; e, se for racional, cada uma tentará apreender o que puder do que vem das outras abordagens. Por que razão estas são matérias que despertam muita paixão no estudo dos seres humanos seja talvez uma pergunta interessante, mas por ora vou pô-la de lado.

A abordagem que estive delineando se interessa pela faculdade de linguagem: seu estado inicial, e os estados que ela assume. Suponha que o órgão de linguagem de Pedro se encontra no estado L. Podemos conceber L como a “língua internalizada” de Pedro. Quando aqui falo de uma língua, isto é o que tenho em mente. Compreendida assim, uma língua é algo como “nosso modo de falar e de compreender”, uma concepção de linguagem que tem tradição.

Adaptando um termo tradicional a um novo arcabouço, chamamos a teoria da língua de Pedro de “gramática” da sua língua. A língua de Pedro determina um conjunto de expressões infinito, cada uma com seu som e sua significação. Em terminologia técnica, a língua de Pedro “gera” as expressões da sua língua. Por isso, a teoria da língua dele é chamada de gramática gerativa. Cada expressão é um pacote de propriedades, que proporcionam “instruções” aos sistemas de desempenho de Pedro: seu aparelho articulatório, seus modos de organizar seus pensamentos, e assim por diante. Com sua língua e seus sistemas de desempenho associados devidamente instalados, Pedro possui um vasto acervo de conhecimento sobre o som e o sentido de expressões, e uma capacidade correspondente de para interpretar aquilo que ouve, expressar seus pensamentos e utilizar a sua língua de outras várias formas.

A gramática gerativa teve origem no contexto do que muitas vezes é chamado de “a revolução cognitiva” dos anos 50, e foi um fator importante no desenvolvimento dela. Seja ou não apropriado o termo “revolução”, aconteceu uma mudança de perspectiva importante: do estudo do comportamento e seus “produtos” (textos, por exemplo) para os mecanismos internos que entram em jogo no pensamento e na ação.

A perspectiva cognitiva considera o comportamento e seus produtos não como o próprio objeto da investigação mas como dados que podem proporcionar evidências sobre os mecanismos interiores da mente e sobre as formas com que esses mecanismos operam ao executar ações e interpretar

experiência. As propriedades e padrões que eram o foco de atenção na lingüística estrutural têm seu lugar nesta abordagem, mas como fenômenos a serem explicados, juntamente com muitos outros, em termos dos mecanismos internos que geram expressões. É uma abordagem “mentalista”, mas mentalista num sentido que deveria ser não controvertido. Ela se importa com “aspectos mentais do mundo”, que ficam lado a lado com os aspectos mecânicos, químicos, óticos e outros. Ela se propõe a estudar um objeto real no mundo natural — o cérebro, seus estados e funções — e assim levar o estudo da mente para uma eventual integração com as ciências biológicas.

A “revolução cognitiva” renovou e deu forma nova a muitos dos insights, realizações e divagações do que poderíamos chamar de “a primeira revolução cognitiva” dos séculos 17 e 18, que foi parte da revolução científica que modificou tão radicalmente nosso entendimento do mundo. Foi visto naquela época que a linguagem envolve “o uso infinito de meios finitos”, na expressão de von Humboldt; porém só foi possível desenvolver esse insight de maneira muito limitada, porque as idéias básicas permaneciam vagas e obscuras. Nos meados do século 20, os avanços nas ciências formais haviam fornecido conceitos apropriados em forma bem precisa e clara, tornando possível dar conta com precisão dos princípios computacionais que geram as expressões de uma língua e capturar com isso, ao menos em parte, a idéia do “uso infinito de meios finitos”. Outros avanços também abriram caminho para a investigação de questões tradicionais com mais esperança de sucesso. O estudo da mudança lingüística havia registrado realizações muito importantes. A lingüística antropológica trazia uma compreensão muito mais rica da natureza e variedade das línguas, também minando numerosos estereótipos. E certos tópicos, especialmente o estudo dos sistemas fonológicos, tinham dado um bom avanço dentro da lingüística estrutural do século 20.

Os primeiros esforços para colocar em prática o programa da gramática gerativa revelou sem demora que mesmo nas línguas mais bem estudadas propriedades elementares haviam passado sem reconhecimento explícito, e que as gramáticas e dicionários tradicionais mais abrangentes apenas tocam a superfície.

As propriedades básicas das línguas são invariavelmente pressupostas, passam sem reconhecimento e não vêm expressas. Fazer isso é perfeitamente apropriado se o objetivo é ajudar pessoas a apreender uma segunda língua, a descobrir qual é o sentido convencionalizado e a pronúncia de palavras, ou a ter uma idéia geral de como diferem as línguas. Porém se nossa meta é

compreender a faculdade de linguagem e os estados que ela assume, não podemos pressupor tacitamente “a inteligência do leitor”. Antes, é este o objeto da pesquisa.

O estudo da aquisição de língua leva à mesma conclusão. Um olhar cuidadoso sobre a interpretação de expressões revela bem rapidamente que desde os primeiros estágios a criança sabe muito mais do que lhe foi fornecido pela experiência. Isto é uma verdade até mesmo para palavras simples. Nos momentos de pico do crescimento da língua, uma criança está adquirindo palavras numa velocidade aproximada de uma por hora, com exposição extremamente limitada e em condições grandemente ambíguas. As palavras são compreendidas de modos sutís e intrincados que vão muito além do alcance de qualquer dicionário, e que estão apenas começando a ser investigados. Quando vamos além das palavras isoladas, a conclusão se torna ainda mais dramática. A aquisição de língua é bem semelhante ao crescimento de órgãos de maneira geral; é uma coisa que acontece com a criança, e não uma coisa que ela faz. E embora basicamente o meio-ambiente importe, o curso geral do desenvolvimento e os traços essenciais daquilo que emerge são pre-determinados pelo estado inicial. Mas o estado inicial é uma posse comum a todos os homens. É necessário, então, admitir que em suas propriedades essenciais e mesmo até o mínimo detalhe as línguas são moldadas na mesma fôrma. O cientista de Marte poderia arrazoadamente concluir que existe uma só língua humana, com diferenças apenas pelas margens.

Na prática de nossa vida, o que importa são as pequenas diferenças, e não as semelhanças abrangentes, que nós inconscientemente tomamos como certas. Mas se desejamos compreender que tipo de criatura somos, devemos adotar uma postura bem diferente, basicamente a de um Marciano estudando seres humanos. Este é, de fato, o ponto de vista que adotamos quando estudamos outros organismos, ou os próprios seres humanos afora os aspectos mentais — humanos “do pescoço para baixo”, metaforicamente falando. É inteiramente razoável estudar da mesma maneira o que fica do pescoço para cima.

À medida que muitas línguas foram investigadas com cuidado a partir do ponto de vista da gramática gerativa, ficou claro que tinham sido radicalmente sub-estimados, em igual medida, sua diversidade, sua complexidade e o grau em que são determinadas pelo estado inicial da faculdade de linguagem. Ao mesmo tempo, sabemos que a diversidade e complexidade não podem ser mais que mera aparência superficial.

Estas foram conclusões surpreendentes, paradoxais porém inegáveis. Elas colocam de forma contundente aquele que veio a se tornar o problema central do estudo moderno da linguagem: Como podemos mostrar que todas as línguas são variações sobre um mesmo tema, e também, ao mesmo tempo, registrar fielmente suas propriedades intrincadas de som e sentido, superficialmente diversas? Uma teoria genuína da linguagem humana precisa satisfazer duas condições: “adequação descritiva” e “adequação explicativa”. A gramática de uma língua particular satisfaz a condição de adequação descritiva na medida em que oferece uma descrição completa e minuciosa das propriedades da língua, ou seja, daquilo que o falante dessa língua sabe. Para satisfazer as condições de adequação explicativa, uma teoria de língua deve mostrar como cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial uniforme sob as “condições-limite” impostas pela experiência. Deste modo, ela fornece explicação para as propriedades das línguas em um nível mais profundo.

Há considerável tensão entre estas duas tarefas da pesquisa. A busca da adequação descritiva parece conduzir à crescente complexidade e variedade dos sistemas de regras, enquanto a busca da adequação explicativa requer que a estrutura das línguas seja invariante, exceto nas partes marginais. Foi esta tensão que em grande parte deu a guia para a pesquisa. A maneira natural de resolver a tensão é desafiar a idéia que a tradição assumia e que foi tomada pela gramática gerativa na sua fase inicial, de que uma língua é um sistema complexo de regras, e cada regra é específica de línguas particulares e construções gramaticais particulares: regras para formar orações relativas em hindi, sintagmas verbais em banto, passivas em japonês, e assim por diante. Considerando a adequação explicativa, tem-se a indicação de que isto não pode estar certo.

O problema central era encontrar propriedades gerais de sistemas de regras que pudessem ser atribuídas à própria faculdade de linguagem, na esperança de que o resíduo viesse a se mostrar mais simples e uniforme.

Cerca de 15 anos atrás, estes esforços se cristalizaram numa abordagem à linguagem que foi um afastamento muito mais radical em relação à tradição do que havia sido a gramática gerativa da primeira fase. Esta abordagem, que veio a ser chamada de “Princípios e Parâmetros”, rejeitou por completo o conceito de regra e de construção gramatical: não há regras para a formação de orações relativas em hindi, sintagmas verbais em banto, passivas em japonês, e assim por diante. As construções gramaticais familiares são tomadas como artefatos taxionômicos apenas, talvez úteis para a descrição informal, porém

destituídas de valor teórico. Elas têm um status de algum modo semelhante ao de “mamífero terrestre” ou “bichinho de estimação”. E as regras são decompostas em princípios gerais da faculdade de linguagem, que interagem tendo como resultado as propriedades das expressões.

Podemos comparar o estado inicial da faculdade de linguagem com uma fiação fixa conectada a uma caixa de interruptores; a fiação são os princípios da linguagem, e os interruptores são as opções a serem determinadas pela experiência. Quando os interruptores estão posicionados de um modo, temos o banto; quando estão posicionados de outro modo, temos o japonês. Cada uma das línguas humanas possíveis é identificada como uma colocação particular das tomadas — uma fixação de parâmetros, em terminologia técnica. Se o programa de pesquisa der certo, deveríamos poder literalmente deduzir o banto de uma escolha dos posicionamentos, o japonês de outra e assim por diante em todas as línguas que os seres humanos podem adquirir. As condições empíricas em que se dá a aquisição de língua requerem que os interruptores sejam posicionados com base na informação muito limitada que está disponível para a criança. Notem que pequenas mudanças em posicionamento de interruptores podem conduzir a grande variedade aparente em termos de *output*, pela proliferação dos efeitos pelo sistema. Estas são as propriedades gerais da linguagem que qualquer teoria genuína precisa captar de algum modo.

Evidentemente, este é um programa, e não ainda um produto pronto. As conclusões que tentativamente alcançamos não sobreviverão em sua forma atual, provavelmente; e é desnecessário dizer que não se pode garantir que toda a abordagem esteja no caminho certo. Como programa de pesquisa, porém, tem sido muito bem sucedido, conduzindo a uma verdadeira explosão de pesquisa empírica em línguas de um amplo leque tipológico, a novas perguntas que nunca poderiam ter sido sequer colocadas antes, e a muitas respostas intrigantes. Questões de aquisição, processamento, patologia, e outras também tomaram novas formas, que se provaram também muito produtivas. Além disso tudo, seja o seu destino qual for, o programa sugere como a teoria da linguagem poderia satisfazer as condições conflitantes de adequação descritiva e explicativa. Ele dá pelo menos um esquema de uma teoria da linguagem genuína, realmente pela primeira vez.

Neste programa de pesquisa, a tarefa principal é descobrir e esclarecer os princípios e parâmetros e a forma de sua interação, e estender o arcabouço para incluir outros aspectos da língua e seu uso. Enquanto ainda há uma grande área obscura, houve progresso bastante para ao menos considerar, e talvez

desenvolver, algumas questões novas e de maior alcance sobre o design da linguagem. Em particular, podemos indagar em que medida o design é bom. Em que medida a linguagem se aproxima do que um super-engenheiro construiria, dadas as condições que a faculdade de linguagem precisa satisfazer?

As perguntas necessitam ser aguçadas, e há meios para seguir adiante. A faculdade da linguagem se encaixa dentro da arquitetura maior da mente/cérebro. Ela interage com outros sistemas, que impõem condições que a linguagem deve satisfazer se for para ser de todo usável. Estas poderiam ser pensadas como “condições de legibilidade”, no sentido que outros sistemas precisam ser capazes de “ler” as expressões da língua e delas fazer uso para o pensamento e a ação. Os sistemas sensório -motores, por exemplo, precisam ser capazes de ler as instruções que têm a ver com som, as “representações fonéticas” geradas pela língua. O aparelho articulatório e o perceptual têm um design específico que lhes permite interpretar certas propriedades fonéticas, e não outras. Estes sistemas, portanto, impõem condições de legibilidade aos procedimentos gerativos da faculdade lingüística, que precisam oferecer expressões com forma fonética apropriada. A mesma coisa se dá com os sistemas conceptuais e outros sistemas que fazem uso dos recursos da faculdade lingüística: eles têm suas propriedades intrínsecas, que exigem que as expressões geradas pela língua tenham “representações semânticas” de certo tipo, e não de outro tipo. Conseqüentemente, podemos perguntar até que ponto a linguagem é uma “boa solução” para as condições de legibilidade impostas pelos sistemas externos com os quais ela interage. Até bem recentemente, esta questão não poderia ser colocada de forma séria, e nem mesmo formulada de forma sensata. Agora isto parece ser possível, e há até mesmo indicações de que a faculdade lingüística possa ser próxima do “perfeito” neste sentido, uma conclusão, que se for verdadeira é surpreendente.

Aquilo que veio a ser chamado de “programa minimalista” é um esforço para explorar estas questões. É cedo demais para oferecer um juízo seguro sobre o projeto. Segundo meu juízo pessoal, as perguntas podem atualmente ser agendadas de maneira proveitosa, e os primeiros resultados são promissores. Eu gostaria de dizer algumas palavras sobre as idéias e as expectativas do programa, e voltar em seguida para alguns problemas que continuam na distância do horizonte.

O programa minimalista requer que reanalisemos de forma crítica o que convencionalmente se assume. A mais venerável dentre estas assunções é que a língua possui som e significado. Em termos correntes, isto se traduz de

modo natural na tese de que a faculdade de linguagem coloca em função outros sistemas da mente/cérebro em dois “níveis de interface”, um relacionado ao som, o outro ao sentido. Uma expressão qualquer gerada pela língua contém uma representação fonética que pode ser lida pelos sistemas sensório-motores, e uma representação semântica que é legível para sistemas conceptuais e outros sistemas de pensamento e ação.

Se isto estiver correto, cabe-nos perguntar em seguida onde exatamente a interface se localiza. Do lado do som, é preciso determinar em que medida, se for este o caso, os sistemas sensório-motores têm especialização para linguagem, sendo neste caso internos à faculdade de linguagem; uma boa dose de discordância cerca o assunto. Do lado do sentido, as perguntas se dirigem à relação entre a faculdade de linguagem e outros sistemas cognitivos — a relação entre a linguagem e o pensamento. Do lado do som, as questões têm sido estudadas de modo intensivo com tecnologia sofisticada por meio século, mas os problemas são árduos, e a compreensão continua sendo limitada. Do lado do sentido, as perguntas são muito mais obscuras. Sabe-se muito menos a respeito dos sistemas externos à linguagem; da evidência que se tem sobre eles, grande parte é vinculada à linguagem de maneira tão íntima que fica reconhecidamente difícil determinar quando ela tem a ver com linguagem e quando com outros sistemas (na medida em que a distinção existe). E a investigação direta de tipo semelhante à que se pode fazer com os sistemas sensório-motores ainda engatinha. Ainda assim, existe uma imensa quantidade de dados sobre como se empregam e se compreendem expressões em determinadas circunstâncias, o suficiente para permitir que a semântica das línguas naturais seja uma das áreas de maior vivacidade no estudo da linguagem, e o suficiente para que possamos fazer pelo menos algumas conjeturas plausíveis sobre a natureza do nível de interface e sobre as condições de legibilidade que ele precisa satisfazer.

Assumindo tentativamente alguma coisa sobre a interface, podemos prosseguir para perguntas subseqüentes. Perguntamos que proporção daquilo que estamos atribuindo à faculdade de linguagem é motivada realmente por evidência empírica, e que proporção é uma espécie de tecnologia, adotada com o intuito de apresentar os dados de maneira conveniente porém encobrindo falhas de compreensão. Com certa frequência, relatos oferecidos em trabalhos técnicos demonstram-se ao exame como sendo da mesma ordem de complexidade que aquilo que se está querendo explicar, e envolvem assunções que não têm, independentemente, muito boa fundamentação. Isto não constitui por si só um problema, contanto que não fiquemos desorientados pensando

que descrições úteis e informativas, que podem servir de degrau para o prosseguimento da investigação, sejam mais do que exatamente isto.

Questões como estas são sempre apropriadas em princípio, mas freqüentemente na atividade prática é inútil colocá-las; podem ser prematuras, por ser o entendimento simplesmente demasiado limitado. Mesmo nas ciências exatas, e de fato até na matemática, questões desta natureza foram postas muitas vezes de lado. Mas as questões são reais, apesar de tudo, e se tivéssemos em mãos um conceito mais plausível do caráter geral da linguagem, poderia talvez valer a pena explorá-las.

Voltemo-nos para a questão da optimalidade do design da língua: Que medida de excelência tem a linguagem como solução para as condições gerais impostas pela arquitetura da mente/cérebro? Esta também poderia ser uma pergunta prematura, mas ao contrário do problema de distinguir entre assunções feitas com base em princípios e tecnologia descritiva, esta poderia ser uma pergunta sem qualquer resposta. Não há razão forte para acreditarmos que um sistema biológico devesse possuir um design excelente no sentido estrito da expressão. Na medida em que essa excelência existe, causa-nos surpresa essa conclusão, que é portanto uma conclusão interessante, talvez mais um aspecto curioso da faculdade de linguagem, que a coloca muito à parte no universo biológico.

Apesar da aparente implausibilidade inicial, vamos assumir tentativamente que ambas estas perguntas sejam apropriadas, na prática também em princípio. Procedemos agora sujeitando princípios lingüísticos anteriormente postulados a uma reanálise crítica para verificar se eles encontram justificativa empírica quando pensamos em termos de condições de legibilidade. Farei menção de uns poucos exemplos, desculpando-me de antemão por fazer uso de alguma terminologia técnica, que tentarei restringir ao mínimo, mas que não disponho aqui de tempo para explicar de alguma maneira satisfatória.

A primeira pergunta é se existem outros níveis além dos níveis das interfaces: há níveis no interior da língua e, especificamente, os níveis de estrutura profunda e estrutura de superfície, conforme postulados em trabalho dos últimos anos? O programa minimalista tenta mostrar que todos os fatos que vieram sendo tratados em termos destes níveis foram descritos mal, e podem ser igualmente bem ou melhor compreendidos em termos de condições de legibilidade na interface: para os leitores que conhecem a literatura técnica,

o que está sendo posto em questão é o princípio de projeção, a teoria da ligação, a teoria do caso, a condição de formação de cadeia, e assim por diante.

Tentamos também mostrar que as únicas operações computacionais são as que não se podem evitar se forem acatadas as suposições mais fracas a respeito das propriedades das interfaces. Uma suposição da qual ninguém pode escapar é a de que existem unidades do tipo palavra: os sistemas exteriores precisam ser capazes de interpretar elementos como “Pedro” e “alto”. Outra suposição é que estes elementos ficam organizados em expressões maiores, como em “Pedro é alto”. Ainda outra é a de que estes elementos possuem propriedades de som e de significado: A palavra “Pedro” começa com oclusão labial e é empregada para fazer referência a pessoas. A língua envolve, portanto, três espécies de elementos: as propriedades de som e significado, denominadas “traços”; os elementos que são montados a partir dessas propriedades, denominados “unidades lexicais”, e as expressões complexas construídas a partir dessas unidades “atômicas”. Disto se segue que o sistema computacional que gera expressões possui duas operações básicas: uma junta traços montando itens lexicais, e a segunda, começando com os itens lexicais, compõe objetos sintáticos maiores a partir dos já construídos.

Podemos pensar no produto que resulta da primeira operação de montagem como sendo essencialmente uma lista de elementos lexicais. Em termos tradicionais, esta lista, chamada “léxico”, é a lista das “exceções”, associações arbitrárias de som e sentido e escolhas particulares entre as propriedades flexionais postas à disposição pela faculdade linguística, que determinam como indicamos que nomes e verbos recebem plural ou singular, determinam que caso nominativo ou acusativo são marcas que recaem sobre nomes, e assim por diante. Estes traços flexionais exercerão um papel central na computação.

Num design com a propriedade da otimidade, não haveria introdução de novos traços no curso da computação. Não deveria haver nem índices, nem unidades frasais, nem níveis de barra (portanto, nem regras de estrutura de frase, nem teoria X-barra). Também tentamos mostrar que se pode prescindir de invocar relações estruturais além daquelas exigidas por condições de legibilidade ou induzidas de alguma maneira natural pela própria computação. Na primeira categoria entram propriedades como a adjacência no nível fonético, e estrutura argumental e relações quantificador-variável no nível semântico. Na segunda categoria, temos relações muito locais entre traços, e relações elementares entre dois objetos sintáticos associados no curso da computação:

a relação que vige entre um objeto sintático e partes de um outro é a relação de c-comando, conforme apontado por Samuel Epstein, uma noção cujo papel central se irradia por todo o design da língua e que havia sido considerada grandemente não-natural, embora dentro desta perspectiva encontre seu lugar de maneira natural. Porém excluímos a regência, relações de ligação no interior da derivação de expressões, e uma variedade de outras relações e interações.

Como sabe quem está a par de trabalho recente, há vasta evidência empírica para sustentar a conclusão oposta em toda a linha. E pior ainda, uma assunção central do trabalho feito dentro do quadro de princípios-e-parâmetros, com seus sucessos dignos de nota, é que tudo isto que acabo de expor é falso - que a língua é altamente "imperfeita" nas relações acima, como bem seria de se esperar. Assim, não é pequena a tarefa de mostrar que tal aparato pode ser eliminado por ser uma tecnologia descritiva indesejável; ou mais ainda, que o poder de descrição e explicação se ampliam se for eliminado este excesso de peso. Não obstante, penso que o trabalho destes últimos anos sugere que tais conclusões, que pareciam fora de cogitação uns poucos anos atrás, são pelo menos plausíveis, e com boas possibilidades de estarem corretas.

As línguas diferem umas das outras, pura e simplesmente, e gostaríamos de saber de que maneiras diferem. Uma é a escolha dos sons, que variam no interior de um determinado leque. Outra é a associação de som e sentido, essencialmente arbitrária. Estas possibilidades de diferença entre línguas são fáceis de ver, e não precisamos nos deter nelas. Mais interessante é o fato de que as línguas diferem nos sistemas flexionais: sistemas de caso, por exemplo. Verificamos que estes são muito ricos em latim, ainda mais ricos em sânscrito ou finlandês, mas mínimos em inglês, e totalmente invisíveis em chinês. Ou assim parece; considerações de adequação explanatória sugerem que também aqui as aparências podem ser enganosas, e de fato trabalho recente indica que esses sistemas variam muito menos do que parece quando se olha para as formas superficiais. O chinês e o inglês, por exemplo, podem ter o mesmo sistema de caso que o latim, mas diferir tão somente na sua realização fonética. Além disso, parece que muita coisa da variabilidade das línguas pode ser reduzida a propriedades dos sistemas flexionais. Se isto for correto, então a possibilidade de variação entre as línguas está localizada numa parte diminuta do léxico.

As condições de legibilidade repartem os traços que se associam na montagem de itens lexicais em três grupos:

- (1) traços semânticos, interpretados na interface semântica
- (2) traços fonéticos, interpretados na interface fonética
- (3) traços que não recebem interpretação em nenhuma das duas interfaces

Independentemente, os traços se subdividem em “traços formais” que são usados pelas operações sintáticas e outros que essas operações não usam. Um princípio natural que restringiria fortemente a variação das línguas é que apenas as propriedades flexionais sejam traços formais. Isto parece correto, e é um assunto importante que devei deixar de lado.

Em uma língua de design perfeito, cada traço deveria ser semântico ou fonético, e não meramente um mecanismo destinado a criar uma posição ou facilitar a computação. Se é assim, então traços formais não interpretáveis não existem. Esta exigência é, ao que parece, excessivamente forte. Prototípicos traços formais, como o caso estrutural — o nominativo e o acusativo do latim, por exemplo — não têm nenhuma interpretação na interface semântica e não são necessariamente expressos no nível fonético. Portanto, podemos propor uma exigência mais fraca que se aproxima do design ótimo: cada traço ou é interpretado na interface semântica ou é acessível ao componente da gramática que dá forma fonética a um objeto sintático, o componente fonológico, que pode fazer uso (e algumas vezes faz) dos traços em questão para determinar a representação fonética. Vamos assumir que é esta condição mais fraca que atua.

Na computação sintática, parece existir uma segunda imperfeição, mais dramática, no design da língua, ou ao menos uma aparente imperfeição: a “propriedade de deslocamento”, que é um aspecto pervasivo da língua: unidades sintáticas são interpretadas como se encontrassem numa posição diferente daquela em que de fato se encontram na expressão, sendo esta uma posição em que elementos semelhantes às vezes são encontrados, e interpretados em termos de relações locais naturais. Tomem a sentença “Clinton parece ter sido eleito”. Nosso entendimento da relação entre “eleger” e “Clinton” é idêntico ao que temos quando estes dois termos estão localmente relacionados como na sentença “Parece que elegeram Clinton”: na terminologia tradicional da gramática, “Clinton” é o objeto direto de “elegeram”, embora “deslocado” para a posição de sujeito de “parece”: o sujeito e o verbo concordam em traços flexionais neste caso, mas não têm relação semântica alguma; a relação semântica do sujeito da frase é a que se dá com o longínquo verbo “eleger”.

Temos agora duas “imperfeições”: traços formais não interpretáveis, e a propriedade de deslocamento. Se assumimos que o design é ótimo, deveríamos esperar que as duas imperfeições tivessem alguma relação, e parece mesmo que isto é verdade: traços formais não interpretáveis são os mecanismos que implementam a propriedade de deslocamento.

A propriedade de deslocamento nunca é utilizada nos sistemas simbólicos que são intencionalmente desenhados com vistas a propósitos especiais, denominados em uso metafórico “línguas” ou “línguas formais”: “a linguagem da aritmética”, ou “linguagem para computador” ou “as línguas da ciência”. Estes sistemas também não possuem sistemas flexionais, e portanto não possuem traços formais não interpretados. O deslocamento e a flexão são propriedades especiais das línguas humanas, entre as muitas que são postas de lado no design de sistemas simbólicos para outras finalidades, quando se pode prescindir das condições de legibilidade impostas à linguagem humana natural pela arquitetura da mente/cérebro.

A propriedade de deslocamento da linguagem humana pode ser expressa na descrição em termos de transformações gramaticais ou mediante qualquer outro mecanismo, mas de alguma forma essa propriedade é sempre expressa. Por que razão teriam as línguas a propriedade do deslocamento é uma pergunta interessante, que tem sido discutida por quase 40 anos, sem que se encontrasse uma boa resposta.

Suspeito que uma parte da sua razão de ser tem algo a ver com fenômenos que têm sido descritos em termos de interpretação de estrutura de superfície, muitos deles familiares desde a gramática tradicional: tópico-comentário, especificidade, informação nova e informação velha, o sentido agentivo que existe mesmo em posição resultante de deslocamento, e assim por diante. Se isto está certo, então, a propriedade de deslocamento é realmente provocada por condições de legibilidade: sua motivação está em exigências interpretativas que são externamente impostas por nossos sistemas de pensamento, que possuem estas propriedades especiais, ao que indica o estudo do uso da língua. Há em curso atualmente interessantes investigações destas questões, porém, neste momento não posso delongar-me nisto.

Desde os trabalhos iniciais, assumiu-se na gramática gerativa que a computação é composta de operações de duas espécies: regras de estrutura de frase que formam objetos sintáticos maiores a partir de itens do léxico, e regras transformacionais que expressam a propriedade de deslocamento. Embora os

primórdios do tratamento de ambas as operações se possam encontrar desde os estudos gramaticais tradicionais, em pouco tempo de trabalho pudemos verificar que elas são substancialmente diferentes do que anteriormente se supunha, por apresentarem graus inesperados de variedade e complexidade. O programa de pesquisa tentou mostrar que a complexidade e variedade são apenas aparentes, e que os dois tipos de regras podem ser reduzidos a uma forma mais simples. Uma solução “perfeita” para o problema da variedade das regras de estrutura de frase seria eliminar totalmente essas regras em favor da operação irredutível que toma dois objetos já formados e junta um ao outro formando um objeto maior dotado exatamente das propriedades do alvo da junção: a operação que podemos chamar de junção (*merge*). Esse objetivo pode muito bem ser atingível, é o que trabalho recente indica.

O procedimento computacional ótimo, então, consiste da operação juntar e operações destinadas a construir a propriedade do deslocamento: operações transformacionais ou alguma contraparte delas. O segundo dos dois empreendimentos paralelos tentava reduzir o componente transformacional à forma mais simples, embora, à diferença das regras de estrutura de frase, este componente não parece poder ser eliminado. O resultado final foi a tese de que para um conjunto nuclear de fenômenos existe uma única operação Mover — basicamente, mover qualquer coisa para qualquer posição —, que não tem propriedades específicas em uma dada língua ou uma construção particular. Como a operação se aplica é uma decorrência de princípios gerais que interagem com escolhas paramétricas específicas — posicionamentos de interruptores — que determinam uma língua particular. A operação Juntar toma dois objetos distintos X e Y e junta Y a X. A operação Mover toma um único objeto X e um objeto Y que é uma parte de X, e junta Y a X. O objeto que é formado desta maneira inclui o que se chama de CADEIA, que consiste de duas ocorrências de Y; a ocorrência na posição inicial é chamada de VESTÍGIO (ing. *trace*).

O problema seguinte é mostrar que de fato os traços formais não interpretáveis são o mecanismo que implementa a propriedade do deslocamento, de modo que as duas imperfeições básicas do sistema computacional ficam reduzidas a uma. E se vier a se mostrar verdadeiro que a propriedade do deslocamento tem como motivação condições de legibilidade impostas por sistemas externos de pensamento, conforme acabo de sugerir, então as imperfeições acabam por ficar completamente eliminadas e o design da língua se mostra, ao final das contas, ótimo: traços formais não interpretados são necessários como um mecanismo que satisfaz a condição de legibilidade

imposta pela arquitetura geral da mente/cérebro.

Esta unificação pode ser feita de maneira bastante simples, mas para explicá-la coerentemente deveríamos transpor os limites deste espaço. A idéia intuitiva básica é a de que traços formais não interpretáveis precisam ser apagados para satisfazer as condições da interface, e o apagamento requer uma relação local entre o traço indesejado e um outro traço combinado que possa apagar o primeiro.

A situação típica é a de que estes dois traços estão afastados um do outro, devido à maneira pela qual a interpretação semântica procede. Por exemplo, na sentença “Clinton parece ter sido eleito”, a interpretação semântica requer que “eleito” e “Clinton” estejam relacionados de modo local na frase “eleito Clinton” para que a construção possa ser interpretada de maneira apropriada, como se a sentença fosse realmente “parece ter sido eleito Clinton”. O verbo principal da sentença, “parece”, possui traços flexionais não-interpretáveis: está na forma /singular/, /terceira pessoa/, /masculino/, propriedades que nada de independente acrescentam ao sentido da sentença, uma vez que já se encontram expressas no sintagma nominal com o qual há acordo, sendo não-elimináveis neste. Estes traços ofensores de “parece” precisam, pois, ser apagados numa relação local, operação que é uma versão explícita da categoria descritiva tradicional de “concordância”. Para conseguir este resultado, os traços coincidentes do sintagma concordante “Clinton” são atraídos pelos traços ofensores do verbo principal “parece”, que são então apagados por efeito do pareamento no local onde ele se dá. Mas agora o sintagma, “Clinton”, está deslocado.

Observem que apenas os TRAÇOS de “Clinton” são atraídos; o sintagma inteiro se move por razões relacionadas ao sistema sensorio-motor, por ser este incapaz de “pronunciar” ou “escutar” traços isolados da frase à qual pertencem. Porém se por alguma razão o sistema sensorio-motor fica inativo, sobem apenas os traços, e lado a lado de sentenças como “um candidato impopular parece ter sido eleito”, com deslocamento explícito, temos sentenças da forma “parece ter sido eleito um candidato impopular”: aqui a frase longínqua “um candidato impopular” concorda com o verbo “parece”, o que significa que seus traços foram atraídos para uma relação local com “parece”, mas deixaram atrás o restante da frase. A razão é que o sistema sensorio-motor foi desativado neste caso, ao qual denominamos de “movimento encoberto”, um fenômeno com muitas propriedades interessantes. Em muitas línguas, como o espanhol, existem tais sentenças. O inglês as possui também,

embora, por outras razões, seja necessário introduzir o elemento semanticamente vazio “there”, dando lugar à sentença “there seems to have been elected an unpopular candidate” ; e também, por razões muito interessantes, é necessário efetuar uma inversão de ordem, de modo que o resultado é “there seems to have been an unpopular candidate elected”. Estas propriedades decorrem de escolhas específicas de parâmetros, que têm efeitos nas línguas de um modo geral e que interagem dando lugar a uma rede bem complexa de fenômenos, distintos apenas na superfície. No caso que estamos considerando, tudo se reduz ao simples fato de que traços formais não interpretáveis precisam ser apagados numa relação local com um traço coincidente, produzindo a propriedade de deslocamento exigida para poder haver interpretação semântica na interface.

Combinando estas variadas idéias, algumas ainda um tanto especulativas, podemos descortinar tanto o que motiva quanto o que detona a propriedade do deslocamento. Observem que é preciso distinguir estas duas coisas. Um embriologista que estude o desenvolvimento do olho poderá anotar o fato de que para que um organismo sobreviva pode ser de muita ajuda que as lentes contenham algo que as proteja de danos e algo que faça a refração da luz; e continuando a observar, descobriria que as proteínas do cristalino têm ambas as propriedades e parecem ser também componentes da lente do olho encontrados sempre, marcando presença por caminhos de evolução independentes. A primeira propriedade tem a ver com “motivação” ou “design funcional”, a segunda com o fator detonante que provoca o design funcional apropriado. Há uma relação indireta e importante entre estas duas coisas, mas seria um engano confundi-las. Assim, um biólogo que aceite tudo isto não proporia a propriedade do design funcional como o próprio mecanismo do desenvolvimento embriológico do olho.

Por raciocínio semelhante, não gostaríamos de confundir motivações funcionais para propriedades da linguagem humana com os mecanismos específicos que as implementam. Semelhantemente, não queremos fazer confusão entre o fato de que a propriedade de deslocamento é exigida por sistemas externos em níveis de interface e os mecanismos mesmos da operação Atrair e seu reflexo.

Há uma boa porção de coisas apenas alinhavadas nesta breve descrição. Preenchendo os claros se chega a um quadro bastante interessante, com muitas ramificações em línguas tipologicamente distintas. Contudo, não é possível prosseguir porque iríamos além do escopo destas observações.

Eu gostaria de finalizar fazendo pelo menos uma breve referência a outras questões que dizem respeito ao modo pelo qual o estudo internalista da linguagem se liga ao mundo exterior. Para facilitar, vamos nos ater a palavras simples. Suponhamos que “livro” é uma palavra que existe no léxico de Pedro. A palavra é um complexo de propriedades, fonéticas e semânticas. Os sistemas sensorio-motores usam as propriedades fonéticas para articulação e percepção, relacionando-as a eventos externos: movimentos de moléculas, por exemplo. Outros sistemas da mente usam as propriedades semânticas das palavras, quando Pedro fala sobre o mundo e quando interpreta o que outros falam.

Não há nenhuma controvérsia profunda sobre como proceder do lado dos sons, porém do lado da significação há muitos pontos de discórdia, ou pelo menos assim parece; no mínimo alguns podem se desfazer se olhados mais de perto. Noto que estudos empiricamente orientados abordam problemas de significação com a mesma postura com que abordam o estudo dos sons, como na fonética e fonologia. Procuram descobrir as propriedades semânticas de “livro”: que é nominal, não verbal, empregado para referir-se a um artefato e não a uma substância, como água, ou a uma abstração, como saúde, e assim por diante. Alguém poderia indagar se estas propriedades são parte do significado da palavra “livro” ou do conceito associado à palavra; até onde chego a compreender, não há boa maneira de fazer distinção entre as duas propostas, mas é possível que algum dia se possa desencavar um dilema empírico. De uma forma ou de outra, alguns traços do elemento lexical “livro” que são internos a ele determinam modos de interpretação do tipo mencionado acima.

Investigando o uso da língua, descobrimos que a interpretação das palavras é feita em termos de fatores como constituição material, formato, uso característico e pretendido, papel institucional, e assim por diante. As coisas são identificadas e alocadas a categorias em termos de tal tipo de propriedade, que estou tomando como sendo os traços semânticos, paralelamente aos traços fonéticos que determinam o seu som. O uso da língua pode atentar para esses traços semânticos de várias maneiras. Suponhamos que a biblioteca possui duas cópias do Guerra e Paz de Tolstoy, e que Pedro toma de empréstimo uma, e João a outra. Pedro e João pegaram o mesmo livro, ou livros diferentes? Se atentamos para o fator material do elemento lexical, diremos que eles pegaram livros diferentes; se atentamos para o seu componente abstrato, eles pegaram o mesmo livro. Podemos focalizar simultaneamente o fator material e o fator abstrato, como quando dizemos que “o livro que ele está projetando

vai pesar no mínimo dois quilos se ele conseguir escrevê-lo” ou “seu livro está em todas as livrarias do país”. De maneira semelhante, podemos pintar a porta de branco e passar por ela, empregando o pronome “ela” referindo-nos ambigualmente tanto à figura como ao fundo. Podemos relatar que o banco sofreu um atentado a bomba depois de elevar a taxa de juros, ou que ele elevou a taxa de juros para evitar sofrer um atentado a bomba. Aqui, o pronome “ele” e a categoria vazia que é o sujeito de “sofrer atentado” simultaneamente adotam tanto os fatores materiais quanto institucionais.

A mesma situação se verifica se minha casa é destruída e eu a reconstruo, possivelmente em outro lugar; não é a mesma casa, mesmo se eu fizer uso dos mesmos materiais, embora eu diga que A RE-construí. Os termos referenciais “re” e “a” sobrepõem a fronteira. Com cidades tem-se outra situação ainda. Londres poderia ser destruída por fogo e, em outro lugar e com materiais completamente diferentes, ELA poderia ser reconstruída, sendo ainda Londres. Cartago poderia ser reconstruída hoje, e ser ainda Cartago. Suponha que eu lhe diga que antigamente eu acreditava que Istambul e Constantinopla fossem cidades diferentes, mas agora sei que são a mesma cidade, acrescentando que Istambul deverá ser removida para uma outra localização, para que Constantinopla não tenha um caráter islâmico; ELA deverá ser levada para outro lugar e lá deverá ser RE-construída, embora de alguma maneira mantendo-se como a MESMA cidade. Este uso é perfeitamente inteligível; já me deparei com exemplos ainda mais estranhos na fala e na escrita, e estes exemplos mal arranham a superfície do que encontramos quando começamos a olhar de perto os significados das palavras.

Os fatos envolvidos nestas questões são no mais das vezes claros, mas nada triviais. Assim, elementos referencialmente dependentes, mesmo os mais estritamente restritos, observam algumas distinções mas ignoram outras, de maneiras que variam curiosamente para diferentes tipos de palavras. Tais propriedades podem ser investigadas de muitas maneiras: aquisição de língua, generalidade entre línguas, formas inventadas etc. O que descobrimos é surpreendentemente intrincado; e, não surpreendentemente, é sabido antes de se terem evidências, portanto compartilhado entre as línguas. Não há razão a priori para se ter expectativa de tais propriedades nas línguas do mundo; em Marte a língua poderia ser diferente. Os sistemas simbólicos das ciências e da matemática são decerto diferentes. Ninguém sabe em que medida as propriedades específicas da língua humana são uma consequência de leis bioquímicas gerais que se aplicam a objetos com traços gerais do cérebro, outro problema importante num horizonte ainda distante. A filosofia dos séculos

17 e 18 desenvolveu de maneira interessante uma abordagem à interpretação semântica semelhante a esta, freqüentemente adotando o princípio de Hume de que a identidade que atribuímos às coisas é somente fictícia, estabelecida pelo entendimento humano. A conclusão de Hume é muito plausível. O livro sobre a minha mesa não tem estas estranhas propriedades em virtude de sua constituição interna; antes, em virtude da maneira de pensar das pessoas, e dos sentidos dos termos em que esses pensamentos são expressos. As propriedades semânticas das palavras são usadas para pensar e falar sobre o mundo em termos de perspectivas postas à nossa disposição pelos recursos da mente, o que de certo modo se assemelha à maneira pela qual parece proceder a interpretação fonética.

A filosofia da linguagem contemporânea toma um caminho diferente. A pergunta que faz é a que coisa uma palavra se refere, dando variadas respostas. Mas a pergunta não tem um sentido claro. O exemplo de “livro” é típico. Faz pouco sentido perguntar a que COISA a expressão “*Guerra e Paz* de Tolstoy” se refere, quando Pedro e João retiram da biblioteca duas cópias idênticas. A resposta depende de como os traços semânticos são usados quando pensamos e falamos, de um modo ou outro. Estas observações se estendem aos elementos referenciais e referencialmente dependentes mais simples (pronomes, categorias vazias, “mesmo”, etc.). E também a nomes próprios, que têm propriedades semântico-conceptuais muito ricas. As coisas recebem nomes de pessoa, de rio, de cidade, com a complexidade de entendimento que vai junto com estas categorias. A linguagem não possui nomes próprios do ponto de vista lógico, despidos dessas propriedades, conforme apontou há muitos anos atrás o filósofo Peter Strawson, de Oxford. Em geral, uma palavra, mesmo do tipo mais simples, não pinça uma entidade no mundo externo, ou de nosso “espaço de crenças” — o que, evidentemente, não implica em negar que existam livros ou bancos, ou que estejamos de fato falando de alguma coisa real se, discutindo o destino da Terra, dizemos que ELE é duvidoso. Mas deveríamos seguir o bom conselho do filósofo do século XVIII Thomas Reid e seus sucessores modernos, Ludwig Wittgenstein e outros, e não tirar do uso comum conclusões injustificadas.

Podemos, se isto nos apraz, dizer que a palavra “livro” se refere a livros, “céu” ao céu, “saúde” à saúde, e assim por diante.

Acreditar em convenções como essas expressa basicamente uma falta de interesse em como as palavras são usadas para falar sobre coisas, e sobre suas semânticas. Essas supostas convenções levantam outros problemas e

envolvem o que me parecem suposições duvidosas, outro tópico importante que não posso ter a esperança de poder abordar aqui.

Mencionei antes que a gramática gerativa moderna tentou fazer face a preocupações que davam ânimo à tradição, em particular, à idéia cartesiana de que “a verdadeira distinção” entre o homem e outras criaturas ou máquinas é a habilidade de agir da maneira que consideravam como muito claramente ilustrada no uso normal da linguagem: sem limites finitos, influenciada mas não determinada pelo estado interno, apropriada a situações mas não causada por elas, coerente e evocadora de pensamentos que o ouvinte poderia ter expresso, e assim por diante. O objetivo do trabalho que estive discutindo é o de desvendar alguns dos fatores que entram nesta prática normal. Mas somente ALGUNS.

A gramática gerativa procura descobrir os mecanismos que são usados, contribuindo assim para o estudo de COMO eles são usados de maneira criativa da vida normal. Como são usados é o problema que intrigou os cartesianos, e se mantém tão misterioso para nós quanto era para eles, mesmo se hoje compreendemos bem mais sobre os mecanismos envolvidos.

Neste aspecto, o estudo da linguagem é mais uma vez bastante similar ao de outros órgãos. O estudo dos sistemas visual e motor pôs a descoberto mecanismos pelos quais o cérebro interpreta estímulos esparsos como um cubo e o braço que se estende para pegar um livro sobre a mesa. Porém, note-se que estes ramos da ciência não levantam a questão de como as pessoas decidem olhar para um livro na mesa ou pegá-lo, e especulações sobre o uso dos sistemas visual ou motor, ou outros, importam bem pouco. São estas capacidades, manifestas mais impressionantemente no uso da língua, que estão no cerne das preocupações tradicionais: para Descartes, elas são “a coisa mais nobre que podemos ter” e são tudo o que a nós “realmente pertence”. Meio século antes de Descartes, o filósofo-médico espanhol Juan Huarte observou que esta “capacidade gerativa” do entendimento e ação humana ordinários é estranha a “animais e plantas”, embora seja uma forma inferior de entendimento que está aquém do exercício verdadeiro da imaginação criativa. Mesmo esta forma inferior está além do nosso alcance teórico, afora o estudo dos mecanismos que entram na sua composição.

Num bom número de áreas, em que está incluída a linguagem, muita coisa se aprendeu nos últimos anos a respeito destes mecanismos. Os problemas que agora somos capazes de encarar são difíceis e desafiadores, porém muitos

mistérios ainda estão além do alcance da forma de inquirição humana que chamamos de “ciência”, o que é uma conclusão que não deveríamos achar surpreendente se consideramos os seres humanos como parte do mundo orgânico, e talvez uma conclusão que não nos deveria tampouco parecer desanimadora.